

DAIESSÉ QUÊNIA JAALA SANTOS BOMFIM  
*Coordenadora*

Apoio à Coordenação  
*Odilon dos Santos Silva*  
*Estevão Gomes*

Prefácio  
*Eunice Aparecida de Jesus Prudente*

# POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE INCLUSÃO E EQUIDADE RACIAL

Reflexões acerca do papel dos  
setores público e privado

Belo Horizonte

**FÓRUM**  
CONSTITUCIONALISMO

2023

© 2023 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

### Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto ( <i>in memoriam</i> )	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrcio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

# FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

P769	Políticas afirmativas de inclusão e equidade racial: reflexões acerca do papel dos setores público e privado. / Daiesse Quênia Jaala Santos Bomfim. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 469 p. 14,5x21,5 cm  ISBN 978-65-5518-553-9  1. Diversidade racial. 2. Políticas de ações afirmativas. 3. Papel dos setores público e privado. 4. Combate ao racismo. 5. Equidade e inclusão racial. I. Bomfim, Daiesse Quênia Jaala Santos. II. Título.  CDD: 305.8 CDU: 342.724
------	--

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BOMFIM, Daiesse Quênia Jaala Santos (Coord.). *Políticas afirmativas de inclusão e equidade racial: reflexões acerca do papel dos setores público e privado*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 469 p. ISBN 978-65-5518-553-9.

PREFÁCIO	
<b>Eunice Aparecida de Jesus Prudente</b> .....	21
APRESENTAÇÃO	
<b>Estêvão Gomes</b> .....	25
COTAS RACIAIS EM CONCURSOS PÚBLICOS PARA INGRESSO NOS TRIBUNAIS DE CONTAS BRASILEIROS: POR QUE ESTAMOS LONGE DO IDEAL?	
<b>Marcela de Oliveira Timóteo</b> .....	29
1      Introdução.....	29
2      Cotas raciais em concursos públicos no Brasil: uma breve contextualização.....	32
3      Tribunais de Contas no Brasil.....	36
4      Por que os Tribunais de Contas (e todos os órgãos públicos) devem adotar as cotas raciais?.....	37
5      Cotas raciais em concursos públicos dos Tribunais de Contas brasileiros: um panorama desafiador .....	44
6      Conclusão.....	46
Referências .....	48
ANEXO – Tribunais de Contas e cotas raciais.....	53
A ILEGALIDADE DA EXIGÊNCIA DE AUTODECLARAÇÃO RACIAL NOS CONCURSOS PÚBLICOS: ABUSO DE PODER E EXCESSO DE FORMALISMO	
<b>Lúcio Antônio Machado Almeida</b> .....	57
1      Introdução.....	57
2      Controle de proporcionalidade da exigência de mais de um meio de autodeclaração racial no Concurso Público do Tribunal de Contas do Município de São Paulo e no do Badesul .....	59
3      O fim buscado pela legislação antirracista de ações afirmativas no Brasil.....	62
4      Competência legislativa para criação das cotas raciais nos concursos públicos.....	64
4.1    Lei nº 15.939 de 23 de dezembro de 2013, do Município de São Paulo .....	65
4.2    Lei nº 14.147 de 2012, do Estado do Rio Grande do Sul.....	69
5      Indução ao erro no link de documentos da Banca Vunesp .....	71
6      Novos contornos para uma adequada exigência da autodeclaração racial nos concursos públicos.....	72
7      Conclusão.....	74
Referências .....	75
A EDUCAÇÃO QUE NOS FOI NEGADA: A RESPONSABILIDADE DO SETOR PÚBLICO NA EQUALIZAÇÃO DE OPORTUNIDADES PARA POPULAÇÃO NEGRA	
<b>Daiesse Quênia Jaala Santos Bomfim, Juçara Rosa Santos de Araújo</b> ...	77
1      Introdução.....	77
2      O histórico educacional da população negra .....	78
3      A responsabilidade do setor público na concretização da igualdade material do povo negro.....	85
4      Considerações finais.....	92
Referências .....	94
A QUESTÃO RACIAL NO ORÇAMENTO PÚBLICO: NOTAS PARA UMA AGENDA DE INTERVENÇÃO	
<b>Clara Marinho</b> .....	97

1	Introdução.....	97
2	As políticas públicas de promoção da igualdade racial: advento e materialidade .....	98
3	A identificação do gasto para a população negra.....	102
4	A transversalidade (de raça) no orçamento federal.....	105
5	Uma agenda de intervenção possível.....	109
6	Conclusão.....	110
	Referências .....	111
<b>DESASTRES AMBIENTAIS, INJUSTIÇA CLIMÁTICA E RACISMO AMBIENTAL NO BRASIL</b>		
	<b>Diego Pereira.....</b>	<b>115</b>
1	Introdução.....	115
2	Desastres ambientais no Brasil .....	116
3	Políticas públicas: dos problemas à formulação de agendas envolvendo desastres ambientais.....	118
4	Vulnerabilidades e injustiças no Brasil.....	122
4.1	Por que tratar o racismo ambiental como política pública? .....	125
5	Considerações finais.....	128
	Referências .....	129
<b>A IMPORTÂNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA PROMOÇÃO DAS POLÍTICAS DE COTAS RACIAIS: A EXPERIÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ</b>		
	<b>Amanda Ribeiro dos Santos, André Luiz Querino Coelho.....</b>	<b>133</b>
1	Introdução.....	133
2	Racismo .....	134
3	O direito fundamental à igualdade racial: das normas constitucionais e convencionais.....	140
4	A inércia estatal e o racismo institucional brasileiro .....	143
4.1	Do princípio da legalidade na Administração Pública .....	143
4.2	Da repartição de competências dos entes federativos.....	146
5	A atuação do Ministério Público .....	151
5.1	A experiência do Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial do Ministério Público do Estado do Paraná .....	153
6	Conclusão.....	154
	Referências .....	155
<b>DEFENSORIA PÚBLICA E POLÍTICAS AFIRMATIVAS: A PROMOÇÃO DA EQUIDADE RACIAL COMO FUNÇÃO ESSENCIAL, SUPERAÇÃO DO PARADIGMA ESTRUTURALMENTE RACISTA E OS DESAFIOS DENTRO DE UMA PERSPECTIVA AFROCENTRALIZADA</b>		
	<b>Aline Mota de Oliveira, Thaissa Lavigne Silva Borges .....</b>	<b>159</b>
1	Introdução.....	159
2	Racismo estrutural e sociedade brasileira.....	160
3	A importância das políticas afirmativas no cenário brasileiro de desigualdade como uma forma de superação do paradigma tradicional.....	163
4	A Defensoria Pública como instrumento para concretização da igualdade racial.....	168
5	Defensoria Pública além da instrumentalização: aspectos práticos das ações afirmativas dentro da Defensoria Pública– afrocentralização das relações jurídicas e as mudanças práticas do olhar negro .....	170
6	Resistências institucionais, os desafios e possibilidades de agenda .....	173
7	Conclusão.....	176
	Referências .....	177
<b>LETRAMENTO RACIAL E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO PODER JUDICIÁRIO COMO VETORES DE TRANSFORMAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA</b>		
	<b>Jonata Wiliam Sousa da Silva.....</b>	<b>179</b>
1	Introdução.....	179

2	Os efeitos das ações afirmativas na atual composição do Poder Judiciário brasileiro .....	180
3	O papel da educação sobre as relações raciais na mudança da cultura jurídica brasileira.....	185
4	Desafios para a implementação de políticas educacionais antirracistas no sistema de justiça .....	189
5	Conclusão.....	191
	Referências .....	193
<b>O PACTO NACIONAL DO JUDICIÁRIO PELA EQUIDADE RACIAL: TRANSVERSALIDADE COM O OBJETIVO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS 10: DA AGENDA 2030 DA ONU</b>		
<b>Françoise Rocha.....</b>		<b>195</b>
1	Introdução.....	195
2	Os pressupostos fundantes da formulação do Pacto pela Equidade Racial .....	196
3	Promoção da equidade racial.....	198
4	O cenário no Poder Judiciário.....	204
5	A instituição do Fórum Nacional do Poder Judiciário para a Equidade Racial (Fonaer), destinado a elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema.....	208
6	Conclusão.....	209
	Referências .....	210
<b>AÇÕES AFIRMATIVAS E COMPLIANCE: SEMEANDO UMA NOVA CULTURA ORGANIZACIONAL</b>		
<b>Antonio Pedro Ferreira da Silva.....</b>		<b>213</b>
1	Introdução.....	213
2	Ações afirmativas: conhecer para aplicar.....	215
3	<i>Compliance</i> como instrumento de governança pública e privada .....	221
4	Construindo um plano de <i>compliance</i> antirracista.....	225
5	Considerações finais.....	228
	Referências .....	228
<b>PERSPECTIVAS DE INCLUSÃO E EQUIDADE RACIAL NO MUNDO CORPORATIVO NOS DIAS ATUAIS</b>		
<b>Rachel O. Maia, Luciana Dias.....</b>		<b>231</b>
	Introdução.....	231
	O mundo corporativo.....	232
	No âmbito jurídico.....	235
	Equidade Racial no mundo empresarial.....	239
	Os dias atuais .....	241
	Conclusão.....	243
	Referências .....	244
<b>COMPLIANCE ANTIDISCRIMINATÓRIO NO SETOR PRIVADO</b>		
<b>Diumara Araújo Ferreira.....</b>		<b>247</b>
	Introdução.....	247
1	<i>Compliance</i> .....	248
2	Direito antirracista e antidiscriminatório no <i>compliance</i> .....	252
3	Desafios na aplicação do <i>compliance</i> nas empresas.....	257
4	Avanços do <i>compliance</i> antidiscriminatório no setor privado .....	259
5	Considerações finais.....	262
	Referências .....	263
<b>CIDADÃO COSMOPOLITA E NEGROS NO BRASIL</b>		
<b>Danilo Lima Alves .....</b>		<b>267</b>
1	Introdução.....	267
2	Controle de Convencionalidade.....	272
3	Onde está a população negra no Brasil?.....	275
4	Considerações sobre o cidadão cosmopolita .....	276
	Referências .....	278

## INTERPRETAÇÃO JURÍDICA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: OS RISCOS DO RACISMO ALGORÍTMICO NO BRASIL

<b>Fábio de Sousa Santos</b> .....	281
1 Introdução.....	281
2 O negro no Brasil e o racismo estrutural.....	282
3 Linguagem e heurísticas como veículos do racismo na interpretação jurídica.....	285
4 Inteligência artificial e o racismo algorítmico.....	288
5 Conclusão.....	292
Referências.....	293

## A DISCRIMINAÇÃO DE ALGORITMO NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO EM PLATAFORMAS VIRTUAIS DE E-COMMERCE

<b>Fabiano Machado da Rosa, Witor Flores da Silva</b> .....	297
1 Introdução.....	297
2 Algoritmo e inteligência artificial na sociedade pós-moderna ...	298
3 Práticas discriminatórias de algoritmos em ambientes virtuais de consumo.....	300
4 Algoritmos, proteção de dados e riscos discriminatórios.....	307
5 Conclusão.....	309
Referências.....	310

## (AUSÊNCIA DE) DIVERSIDADE RACIAL NA ADVOCACIA: REFLEXÕES PARA O ENEGRECIMENTO DAS BANCAS JURÍDICAS NO BRASIL

<b>Camila Torres Cesar, Vinícius de Souza Assumpção</b> .....	313
1 Introdução.....	313
2 Da formação jurídica excludente à ausência de pessoas negras nos escritórios de advocacia.....	317
3 Noções gerais para estruturar um programa de diversidade racial.....	321
4 Além da contratação: inclusão e permanência.....	324
5 Considerações finais.....	326
Referências.....	327

## INTEGRAÇÃO RACIAL: UMA URGÊNCIA NACIONAL – POLÍTICAS AFIRMATIVAS NO ÂMBITO DA ENTIDADE DE CLASSE

<b>Ana Carolina Lourenço, Irapuã Santana</b> .....	331
Introdução.....	331
O passado.....	332
O presente.....	337
O futuro.....	341
Referências.....	346

## A SUB-REPRESENTAÇÃO DOS NEGROS E NEGRAS NAS FUNÇÕES FINALÍSTICAS DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA: UM OLHAR SOBRE A BAIXA EFETIVIDADE DA POLÍTICA AFIRMATIVA DE RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS NOS CONCURSOS PARA MEMBROS NAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS E OS BONS EXEMPLOS DO SETOR PRIVADO

<b>Michel de Souza Vellozo, Pâmela Souza Campos</b> .....	349
1 Introdução.....	349
2 Da baixa efetividade da política afirmativa de reserva de vagas para negros nos concursos para membros nas instituições jurídicas.....	352
2.1 Das cotas nas universidades públicas: um começo promissor – ADPF nº 186.....	352
2.2 Das universidades para as carreiras da Administração Pública – ADC nº 41.....	354
2.3 A cúpula do sistema de justiça e concursos para membros das instituições.....	356
2.3.1 Do desafio da normatização da ação afirmativa de reserva de vagas.....	356
2.3.1.1 Do Poder Judiciário e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).....	356
2.3.1.2 Do Ministério Público e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).....	359

2.3.2	Dos concursos para membros do Ministério Público e da Magistratura: reserva de vagas efetiva ou mero cumprimento de formalidades?.....	360
2.3.3	Da problemática da reserva mínima de 20% em cada etapa do certame .....	362
2.3.4	Das barreiras econômico-financeiras e concursos nacionais unificados.....	363
2.3.5	Da antecipação indevida de etapas e exigência não razoável de atos presenciais em dias úteis dissociados de provas aos cotistas para procedimento de heteroidentificação .....	365
2.3.6	Das propostas para o aperfeiçoamento da política afirmativa de reserva de vagas.....	366
3	Das ações afirmativas no setor privado.....	367
3.1	Magazine Luiza: o <i>leading case</i> .....	369
3.2	Caso Vale.....	370
3.3	Caso Itaú .....	370
3.4	Da eficácia vertical e da eficácia horizontal dos direitos fundamentais.....	371
4	Das diversas ações positivas antidiscriminatórias.....	372
4.1	Encontro Nacional de Juízas e Juizes Negros (ENAJUN) .....	372
4.2	Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPE-RJ).....	373
4.3	Educafro .....	374
5	Conclusão.....	374
	Referências .....	375

#### EQUIDADE RACIAL NA GESTÃO PÚBLICA: A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA SP AFRO BRASIL E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLANTADAS NA SECRETARIA EXECUTIVA DO CENTRO DE EQUIDADE RACIAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

<b>Ivan de Lima</b> .....	379	
1	Introdução.....	379
2	Implantação do Centro de Equidade Racial .....	380
3	Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do estado de São Paulo .....	383
4	Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena do estado de São Paulo (CPPNI) .....	385
5	Curso de Formação Equidade Racial.....	386
6	Casa SP Afro Brasil .....	387
7	Fórum SP Afro Brasil.....	390
8	Projeto Beleza Negra .....	390
9	MIS em Cena: grandes personalidades negras.....	391
10	Titulação de comunidades remanescentes de quilombos do estado de São Paulo .....	392
11	Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial de São Paulo (PEPIR) .....	393
12	Conclusão e próximos passos .....	395
	Referências .....	397

#### REPERCUSSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL NA EQUIDADE RACIAL

<b>Evelyn Moraes Roges</b> .....	401	
1	Introdução.....	401
2	Tributação e direitos fundamentais .....	402
3	Tributação e desigualdade .....	404
4	Impacto do sistema tributário nacional na desigualdade racial .....	408
5	Conclusão.....	411
	Referências .....	412

#### A PARTICIPAÇÃO DO NEGRO NA POLÍTICA: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

<b>Irapuã Santana</b> .....	415	
1	Introdução.....	415
2	O Supremo Tribunal Federal e a inclusão das minorias .....	416
3	Do <i>leading case</i> racial no sistema eleitoral.....	416

4	O papel determinante do STF .....	421
5	Representatividade importa.....	422
6	Da repercussão nas eleições .....	424
	Referências .....	426
<b>REPRESENTATIVIDADE NEGRA NOS CARGOS LEGISLATIVOS DO BRASIL: CANDIDATURAS NEGRAS E PARDAS NO PROCESSO ELEITORAL NACIONAL DE 2022</b>		
	<b>Flávio Viana Barbosa, Simone Henrique .....</b>	<b>427</b>
1	Introdução.....	427
2	Conceito de representatividade.....	428
3	Luta pela representatividade negra na política brasileira .....	431
4	Da criação do quesito raça/cor nas eleições e os resultados estatísticos comparativos.....	432
5	Quotas raciais nas eleições brasileiras de 2022.....	434
6	Estudo de caso: Antônio Carlos Magalhães Neto e outros.....	434
7	Considerações finais.....	439
	Referências .....	441
<b>A RESOLUÇÃO Nº 23.665/2021 DO TSE: UM FLERTE SOBRE A (IM) POSSIBILIDADE DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS(OS) NEGRAS(OS) NA POLÍTICA À LUZ DAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2022</b>		
	<b>Odilon dos Santos Silva, Osvaldo Álvaro de Jesus Neto .....</b>	<b>445</b>
1	Introdução.....	445
2	As novas regras de incentivo à inserção de negros nas casas legislativas.....	448
3	Uma crítica à discricionariedade da sistemática de distribuição do fundo partidário e eleitoral pelas agremiações.....	453
4	Eleições gerais de 2022 e o fracasso das políticas de ações afirmativas .....	456
5	Conclusão.....	460
	Referências .....	461
	<b>SOBRE OS AUTORES.....</b>	<b>464</b>